

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

Ocupação do espaço público através do ativismo midiático

Luiz Carlos Pinto da Costa Júnior

Recife
Setembro/2007

Ocupação do espaço público por meio do ativismo midiático

Projeto de pesquisa apresentado ao
Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da UFPE para
apreciação da banca examinadora

Recife
Setembro/2007

Sumário

Introdução.....	4
O cenário da concentração das comunicações no Brasil.....	5
Referencial teórico e Problematização.....	9
Descrição dos formatos de ativismo midiático no Brasil.....	25
Objetivos.....	28
Hipóteses.....	29
Metodologia.....	30
Referências bibliográficas.....	38

1. Introdução

O contexto no qual a problemática do ativismo midiático no Brasil está inserido é formado por dois planos, que se relacionam - um tem caráter mais histórico, o outro, mais conceitual e teórico. No primeiro deles, a sociedade brasileira é fortemente marcada pela propriedade e controle oligopolísticos do setor de comunicações e pela hegemonia de um único grupo empresarial do setor. Esse contexto tem duas implicações. Por um lado, para a consolidação da democracia no país, ou seja, elas subsidiam o controle estratégico que governos e corporações podem dispor sobre mercados e públicos. Por outro, na construção de conhecimento que guia a tomada cotidiana de decisões dos membros da sociedade - a sociedade brasileira contemporânea, como outras, é centrada na mídia.

A concentração no setor da comunicação no Brasil se dá pela existência de grandes blocos econômicos controlados por grupos familiares, por elites políticas, por igrejas (sobretudo evangélicas) e pela hegemonia das Organizações Globo. Esse arranjo é garantido pela omissão do aparato legislativo do setor, quando não pela permissividade da Lei, e pela falta de regulamentação de artigos a isso relativos na Constituição de 1988. A retirada das empresas estatais e a entrada do capital transnacional a partir da segunda metade da década de 1990 não alteraram a já então desigual hierarquia dos grupos de comunicação neste país. Esse arranjo foi incrementado com a abertura da economia nacional à participação do capital transnacional nas empresas de TV a cabo, nas empresas de telefonia celular e de telecomunicações via satélite.

Hoje, a luta pela democratização das comunicações se apresenta em diversos fronts. Essa pesquisa, da qual esse documento é o projeto, procura investigar as formas que assume o ativismo midiático - em sua forma digital ou não - para opor resistência a essa oligopolização e centralização - ainda que de forma difusa e pulverizada. Um desses fronts é o da disseminação do conhecimento necessário à produção audiovisual. Considero como hipótese que a forma pela qual isso ocorre é a *reapropriação tecnológica com fins de mudança social*¹ - conceito que será apresentado mais à frente nesse projeto -, ou ancorado em ações do próprio governo federal, através do Ministério da Cultura, com o Programa Cultura Viva; e do Projeto

¹ A reapropriação tecnológica com fins de mudança social é uma prática e um conceito que serve também a outros objetivos que este acima assinalado. A obtenção de renda alternativa e formação técnica também se enquadra entre seus objetivos.

Casas Brasil, capitaneados pela Casa Civil, Secretaria de Comunicação e seis ministérios.

Outro front é a realização de *jornalismo fora do âmbito da chamada grande mídia*. É realizada por organizações não-governamentais, por redes de produtores independentes e por indivíduos autônomos. De forma geral, os objetivos dos grupos nesse extrato se concentram na produção e veiculação de relatos sobre o cotidiano de comunidades oprimidas e/ou excluídas; de formas de organização sociais novas; análises sobre a grande mídia, movimentos sociais e novas formas de atuação política, bem como denúncias contra o Estado e corporações empresariais. As duas perspectivas sinalizam a formação de esferas públicas autônomas no sentido atribuído por Habermas (no quadro mais geral de uma esfera pública decaída) e o reforço da sociedade civil brasileira.

O outro contexto a que me referi nesta introdução está ligado à fase atual da história do capitalismo, em que se verifica a emergência de bolsões de uma “economia da doação”, por meio do que se consolida o compartilhamento do conhecimento tecnológico e seu choque com o paradigma tradicional da propriedade, cujo endereço de origem é o século XVIII. Nesta “economia da doação”, como se verá, a falta de escassez, que caracteriza o processo de geração e desenvolvimento dos bens intangíveis, altera os processos redistributivos de riqueza. E, através de práticas colaborativas permitem transformar o tema da justa distribuição da propriedade em uma questão de liberdade. Esse cenário de contradições alimenta teórica e discursivamente os movimentos de ativismo midiático no Brasil.

2. O cenário da concentração das comunicações no Brasil

A convergência de tecnologias, em todo o mundo, tem progressivamente conduzido o setor das comunicações a uma forte concentração de propriedade empresarial e de produção de conteúdos. O mesmo fenômeno tem contribuído para o reforço do discurso da proteção à propriedade intelectual. O setor foi ainda, durante a década de 1990, objeto de privatizações e desregulamentações, que diminuíram o número de *global players*, graças a aquisições, fusões e *joint ventures*, desde a publicação do Telecommunications Act americano, em 1996 (Lima, 2004). Assim, o que tem sido observado desde a última década do século passado é a formação de oligopólios. Esses oligopólios e instituições, como a União Internacional de Telecomunicações, a Organização Mundial do Comércio, a Business Software Alliance (BSA) e a Computing Technology Industry Association (CompTIA), têm se dedicado a

interferir na formulação das políticas que dão conta dos processos de convergência entre rádio, televisão (aberta e fechada), telefonia (fixa e móvel) e transmissão de dados.

E, embora seja claro que neste momento vários governos, parlamentos, ONGs e fóruns empresariais se debruçam sobre as possibilidades de regulação da convergência, não existe nenhum modelo pronto de como a regulação pode acontecer. Não existe consenso ainda nem mesmo se elementos regulatórios devem ser aplicados à convergência das mídias. O certo é que este processo reforça aquilo que é endógeno ao capital, os processos de oligopolização. No Brasil, essa tendência tem assumido características muito especiais, para não dizer esdrúxulas.

Como mostra Venício Lima (2004), a concentração do setor no país continua sendo ditado por grupos familiares e elites políticas locais e regionais, pela hegemonia das Organizações Globo e pela atuação das igrejas evangélicas, o que é mais relevante desde poucos anos atrás. Essa configuração se tornou possível inicialmente graças à orientação dada ao desenvolvimento do setor durante o período da ditadura militar, de 1964 a 1983; graças à falta de regulamentação de leis que poderiam evitar tal concentração (ou sua omissão intencional com esse mesmo fim) na Constituição de 1988; deve-se ainda ao reforço do modelo aplicado durante os anos do governo Fernando Henrique Cardoso, pautado pela agenda neoliberal, e que se converteu no que o conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações José Neto chamou de “cipoal regulatório”. Esse capítulo da história brasileira foi objeto de estudo de diversos autores, como Figueiredo (1998), Jambeiro (2001), Venício Lima (2004), Bucci & Kehl (2004), Bolaño (2005), Mota (2007), Lins (2007) entre muitos outros.

Durante o último período militar, o modelo de comunicação no Brasil se deu em face da cumplicidade entre um Estado forte (para conter pressões populares e garantir as condições políticas, institucionais e técnicas para a acumulação no setor) e o empresariado brasileiro. Houve naquele momento no país uma forte ambivalência entre o modelo liberal e o intervencionista de comunicação, em que os interesses privados dos grandes grupos é garantido pelo Estado presente e desenvolvimentista. O que marca uma forte diferença em relação aos anos de 1990, quando o Estado saiu aos poucos da arena do poder.

Em relação à TV, a contribuição do Estado aconteceu na construção da infra-estrutura necessária para a integração em rede nacional, nos subsídios para a compra

de aparelhos de TV, na entrada do Brasil no consórcio Intelsat, nas verbas publicitárias e principalmente no poder de concessão de licenças de exploração dos canais. Foi a TV que recebeu prioridade governamental em termos de verbas publicitárias e de uso ideológico, por sua capilaridade e forte audiência. O controle também era mais efetivo sobre a TV, através das ameaças de retirada da concessão, da Lei de Imprensa e da Constituição de 1967, que proibia qualquer propaganda subversiva, e que dava carta branca ao congresso para “reorganizar a mídia, quando necessário”, (Mota, 2007). O aparato jurídico de controle das rádios e TVs se completou em 1968, com a promulgação da Lei de Segurança Nacional. A forte interrelação com o poder constituído data dessa época, ainda que de forma marcadamente forçada.

Mas foi a partir da década de 1970 que a concentração da audiência e das verbas publicitárias se deu de forma mais intensa. O pivô desse processo foi a Globo, que, aproveitando-se daquela infra-estrutura em rede nacional montada pelos militares e do acordo com o grupo Time-Life, concentrou maior parte da verba publicitária do período.

O conflito no âmbito da Constituinte, no final da década de 1980, em torno da comunicação social foi marcado por basicamente dois fronts: os congressistas progressistas, aliados da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e os congressistas do Centrão, aliados da Associação Brasileira de Rádiodifusão (Abert). Num segundo plano da disputa, a OAB, ABI, associações de jornais e revistas, CNBB, Federação Nacional dos Radialistas, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade.

A Fenaj e aliados procuravam fazer com que no texto se considerasse a comunicação como um bem público, a implantação de um sistema público de comunicação e que as concessões de rádio e TV fossem feitas sob julgamento de um Conselho de Comunicação Social. As prioridades de concessão seriam para sindicatos, cooperativas profissionais, partidos e organizações educacionais, comunitárias e culturais. Entre as propostas desse grupo ainda figurava a restrição do número de concessões privadas, como forma de coibir a formação de oligopólios e a concentração do setor. A posição da Abert e aliados era exatamente contrária: manter o que já vinha sendo praticado. Ou seja, a concepção da radiodifusão sob a forma privada de exploração sob o controle do Estado e não por um Conselho de Comunicação Social. E foi essa posição que prevaleceu no texto que ainda hoje rege

a radiodifusão no Brasil. Os artigos incorporados por força da articulação dos progressistas requerem ainda, todos, regulamentação.

São eles o Artigo 221, que trata de dar preferência às produções educativas, artes, cultura, nacional e regional e produção independente. O Artigo 223, que estabelece três modos de exploração: privado, estatal e público e que eles sejam complementares. O Artigo 220, que proíbe que a mídia seja objeto de monopólio ou oligopólio. Também falta regulamentação para o Artigo 175, que estabelece uma lei ordinária que trate da proteção dos cidadãos em relação aos meios de comunicação.

Mais ainda: o Conselho que a Fenaj propôs foi criado, mas somente como órgão consultivo. A concessão de licenças continua nas mãos do Presidente da República e do Ministério das Comunicações (assim como no texto de 1962), e sua renovação ou cancelamento precisa ser aprovado por pelo menos 2/5 do Congresso. Que, assolado pelos lobbies, torna remota a possibilidade de que alguma concessão seja retirada ou não renovada. Além disso, a resistência das empresas membros da Abert em aumentar a produção regional e independente não sofreu abalo.

Os anos dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso viram a implantação do arcabouço jurídico que permitiu a entrada do capital externo para o setor, intensificando o arranjo oligopolístico do setor de comunicações de massa no Brasil. Ou seja, esse arcabouço jurídico facilita ainda mais a concentração do setor porque não impede a propriedade cruzada dos grupos de comunicação de massa, telecomunicações e informática e estimula a atuação ilimitada em território nacional de global players.

O processo de legislação parece ter sido historicamente guiado pelo interesse em desproteger o cenário regulatório, em realçar artificialmente as divisões tecnológicas existentes, mesmo em face do agudo processo de convergência tecnológica, e de tornar legalmente possível a oligopolização. A manutenção do setor de radiodifusão fora do escopo da legislação sobre serviços de telecomunicações desde 1995 é o exemplo mais evidente. A radiodifusão continua a ser regulamentada pela mesma legislação em vigência desde a década de 1960 (Lei 4.117, de agosto de 1962). E, organizada em poucas redes, parece plantada num verdadeiro limbo legislativo.

3. Referencial teórico e problematização

O segundo cenário que precisa ser considerado é constituído pelo atual estágio do desenvolvimento capitalista, em que estão em curso mudanças profundas nos arranjos sócio-técnicos. Ou seja, no relacionamento entre as formas de organização social e de produção econômica com as tecnologias da informação e comunicação. Não se quer dizer com isso que as tecnologias digitais e a Internet determinam de forma unívoca as formas históricas do devir social. Mas, como salienta Castells (2001), elas parecem intervir de modo decisivo nas relações das pessoas consigo mesmas, com os outros e com o mundo. O que está posto é um conjunto de fatores associados à idéia de uma sociedade da informação, tais como as fortes conexões entre as tecnologias da informação e comunicação (TICs), as relações produtivas e as culturas. Entretanto, o que se está considerando não é a idéia pura de uma sociedade da informação. O que se considera é um cenário resultado da reestruturação industrial, da emergência de um regime de acumulação globalizado (ancorado progressivamente na produção e circulação de capital cognitivo e financeiro por redes telemáticas) e da emergência de um trabalho cada vez mais intelectualizado e comunicativo.

O que se procura, então, é compreender as contradições que brotam desses novos arranjos, pois esse conjunto de fatores ajuda a entender as práticas de ativismo midiático, sua relação com a comunicação e as especificidades da questão no Brasil.

3.1 O cenário das contradições do capitalismo

A centralidade assumida pelas redes informacionais para o capitalismo pode ser localizada originariamente na tentativa de superação do “espaço pelo tempo” para a redução do processo de circulação de mercadorias. Como descrito por Marx, a expansão do capital para mercados mais distantes exigia uma estrutura física e de informações que acelerassem a circulação de mercadorias e assim reduzissem o tempo do ciclo de reprodução do capital. Com isso, o capital-dinheiro seria re-investido na produção, onde o capitalista poderia se apropriar da mais-valia. Quanto mais eficiente a estrutura física e rápida fosse o aparato comunicativo disponível, mais bem sucedido o projeto de ocupação de mercados distantes.

A mais eficiente estratégia de criar esses mecanismos foi desenvolvida pelas atividades do capitalismo financeiro: a intensificação do processo de virtualização da moeda. Foi o uso das comunicações que permitiu que as atividades desse segmento econômico crescessem, formassem redes, pusessem em prática operações horizontais. E foi exatamente a comunicação mediada por computadores que

permitiu a intensificação do processo de virtualização da moeda, virtualização essa que se iniciou com o papel-moeda; a virtualização do papel-moeda fez surgir a moeda escritural e foi esta que passou a ser transferida velozmente pelas redes informacionais, das quais a internet é a maior referência hoje (SILVEIRA et al, 2007).

Até então, a TV e o rádio informavam da existência da moeda, do capital. Mas não o transmitiam. “A rede de computadores, usando a estrutura de telecomunicações passou a transportar as informações sobre o capital e o próprio capital convertido em moeda escritural ou títulos expressos em bits”, (SILVEIRA et al, 2007). Essa, a importância central das redes informacionais para o capitalismo. É nelas que se assenta a reprodução deste regime de produção.

A ambivalência a que me referi acima reside no fato de que a produção simbólica da humanidade passa a ser digitalizada e transferida pelas mesmas redes que o capital utiliza em seu processo de reprodução. A história do nascimento da internet mostra que seu funcionamento foi estabelecido por regras e protocolos que garantiam o livre fluxo da informação e de bens simbólicos. “A grande mídia, a velha indústria cultural e os grupos econômicos do capitalismo mundial não notaram, a princípio, a dimensão da rede e da comunicação mediada por computadores. A ausência da percepção dessa indústria permitiu que grupos, fora do seu controle, fossem construindo as tecnologias fundamentais da rede e que dessem as cartas do processo”, (Silveira et al, 2007).

É aí que se manifesta toda a ambivalência da rede, em que sua trajetória opõe e apresenta no mínimo dois componentes antagônicos, simultâneos, que expressam valores e objetivos distintos. “Um quer aprofundar a liberdade de fluxos e a produção do comum, ou seja, ampliar os espaços públicos, a liberdade e o domínio público - seja no uso seja na evolução tecnológica da rede. O outro quer contê-la em um processo econômico baseado na apropriação privada do conhecimento, dos bens imateriais e dos espaços por onde transitam os fluxos” (Silveira, 2005). Para Giuseppe Cocco (2003), o capitalismo em seu modo informacional integra produção e reprodução e faz com que a circulação e a comunicação se tornem imediatamente produtivas (Cocco & Malini, 2002). O que está em sintonia com a interpretação de que as redes servem para a circulação produtiva de capital simbólico e para a reprodução do capital financeiro. A mesma ambivalência é tratada em termos semelhantes por Hardt e Negri (2003): estes consideram que nas formas de produção atuais a informação e a comunicação são as verdadeiras mercadorias produzidas; e a

rede, em si, é o lugar tanto da produção quanto da circulação. No que isso implica? Num cenário extremamente conflituoso e ambíguo para a produção, para o trabalho.

3.2 Cooperação e propriedades

Neste cenário toma relevância o trabalho imaterial. Hardt e Negri (2003) definem o trabalho imaterial como aquele que produz bens imateriais - bens simbólicos - que como tal podem adquirir um formato digital, ou seja, serem transformados em um conjunto de dígitos. Bens imateriais têm duração não-finita, sendo apenas finito o suporte que os armazena, arquiva-os ou os guarda. Pode ser enquadrada como bem intagível toda a produção cultural no sentido amplo e artístico: um filme, uma música, um software, uma idéia, uma informação, um serviço.

Além da ambigüidade e do conflito com o qual se relaciona, o trabalho imaterial se caracteriza pelas possibilidades de ser desenvolvido por meio do compartilhamento de informação. Como nota Sérgio Amadeu da Silveira (2005), isso vem sendo verificado por diversos autores. Yoshai Benkler (2005) observa que os grupos de indivíduos estão colaborando independentemente de remuneração financeira em projetos de grande escala. Pierre Levy (1993) diz presenciar a decadência do autor no ciberespaço, ao mesmo tempo que vê surgir o fervilhar de criações e elaborações coletivas no mundo virtual. John Perry Barlow (1994) afirma que o futuro seria de uma economia baseada muito mais no relacionamento do que nas relações de propriedade. André Gorz (2005) afirma que todo o conhecimento pode ser abstraído do seu suporte material, podendo ser propagado sem custo de reprodução e com muito mais ganho social.

Em comum, todas essas análises se referem à produção e distribuição de bens intangíveis ou imateriais e às interações em rede, pela internet ou não. No conceito de trabalho imaterial desenvolvido por Lazzarato e Negri (2001), a cooperação é inerente. O aspecto cooperativo do trabalho não é imposto. Ele envolve de imediato a interação e a cooperação social (Hardt & Negri, 2003). Tais características são intensificadas pelas possibilidades de compartilhamento de conteúdos e de conhecimentos abertas pela digitalização e transferência de informações. Esse conjunto de fatores abre as possibilidades para a prática de uma economia de dádiva impulsionada e exercida a plenos pulmões por certos extratos da economia informacional e coibida por outros setores desta mesma economia.

Hardt e Negri (2005), comentam que, como o conhecimento se identifica com a produção, não deve surpreender que as potências econômicas apliquem suas marcas de propriedade às manifestações do conhecimento e submetam a produção deste e da informação às regras de maximização e da acumulação privada das riquezas. Contraditoriamente às possibilidades de compartilhamento abertas com os recursos de produção digital, a riqueza comum é apropriada através de copyrights e patentes. Tais ações podem restringir o livre uso de informações necessárias para o desenvolvimento econômico, a inovação científica e tecnológica e a diversidade cultural.

Cocco analisa isso em termos econômicos e talvez mais elegantes (2002). Ele diz que, na era do conhecimento, a valorização do capital passa por um jogo de constituição do tempo que os economistas definem como a oposição entre aceleração da difusão e desaceleração da socialização dos produtos do trabalho imaterial. “A equação capitalista entre uma difusão cada vez mais rápida em face de uma socialização que deveria ser cada vez mais lenta se faz a custos incalculáveis. Os produtos do trabalho cognitivo (ou imaterial) não precisam da relação de capital para serem produzidos e não pertencem mais ao capital, pois eles coincidem com as próprias relações sociais de cooperação. A dimensão privada da riqueza como valor se sustenta na base da afirmação abstrata e arbitrária do direito de propriedade. Esta `sustentação` privada da riqueza para manter a extração de valor acaba reduzindo dramaticamente o potencial produtivo da riqueza”, (COCCO & MALINI, 2002). Não somente o potencial produtivo da riqueza, mas também o potencial de expressão de singularidades e subjetividades². Quais os termos dessa discussão e como ela pode ser relevante para a pesquisa da qual esse documento é o projeto?

Como relacionar a propriedade de bens imateriais com a propriedade de bens materiais? Desenvolver essa relação permitirá verificar como a propriedade de bens imateriais é artificial e debitária da intervenção do Estado e do poder econômico - que estabelecem limites temporais e de dimensão jurídica. Por sua vez, será necessário considerar o edifício teórico-doutrinário advindo dessa intervenção para perceber como a produção compartilhada a partir de bens simbólicos comuns alimenta o suporte teórico, discursivo e de práxis para a produção de informação e cultura fora do eixo oligopólico dos grandes grupos de mídia. E, a partir de uma

² O paradigma deste cenário em que estão problematizados a desmaterialização da produção simbólica, o trabalho cooperativo e a questão da propriedade é formado pelo desenvolvimento de programas realizado pelas comunidades de software livre espalhadas pelo globo.

posição contra-hegemônica a estes grupos de mídia, pretende compensar o arranjo desigual dos meios de comunicação social, criando oportunidades de expressão de subjetividades periféricas.

3.3 Propriedade de bens imateriais e propriedade de bens materiais

O que são exatamente bens imateriais? São aqueles que não possuem corpo físico, embora requeiram um suporte físico pra existirem, como por exemplo um filme. O filme é um bem imaterial e seu suporte pode ser, por exemplo, um disco de DVD. Todo o leque de produção cultural (software, uma idéia, uma música, uma pintura, um poema, etc) pode ser enquadrado como tal. Todos os bens intangíveis podem ser expressos como informação³. As características essenciais da informação são análogas às características dos bens imateriais. Isso permite apreciar a relação entre bens materiais e imateriais através do trabalho do economista Keneth Arrow. Arrow investigou as características da informação e concluiu que

a) O uso de parte da informação não implica em sua divisão, ela continua a existir de forma completa; b) é difícil se apropriar de uma informação, dado que ela não tem um corpo físico; c) há um paradoxo no que se refere ao valor da informação. Para atribuir valor a ela, seria necessário conhecê-la. Mas, ao se saber o conteúdo da informação, deixa de ser necessário pagar por ela; d) o processo de geração de informação é imprevisível, não pode ser previsto a partir de sua “matéria prima”, de seus insumos; e) o insumo da informação também é informação e f) o uso da informação não a desgasta.

Segundo Arrow, essas características atribuem um caráter diferente ao bem econômico ‘informação’, pois ela não se presta facilmente à apropriação. A propriedade material pode ser defendida como posse antes da instituição do Estado (como bem o expressa a tradição do jusnaturalismo, principalmente de Locke), a propriedade imaterial não, uma vez que ela pode ser facilmente multiplicada, copiada, retransmitida, memorizada, (ALBUQUERQUE, 2001; TERRA, 1995).

Quais são, então, os limites da propriedade imaterial? A questão é importante para a discussão de sua legitimidade. O limite não é imposto em função do risco de se impedir benefícios sociais, como argumentava Locke quando se referia à necessidade de limitar a propriedade para que não houvesse escassez no mercado,

³ Para a Teoria Matemática da Comunicação, a informação é a probabilidade de ocorrer um evento, dado um conjunto de incertezas. Ou seja, a informação elimina incertezas (Dantas, 1999)

para que as pessoas pudessem fazer usufruto daquele bem. Isso porque, como vimos na análise de Arrow, os bens imateriais não sofrem de escassez, seu uso não os desgasta, sua reprodução não impede sua fruição futura (ou mesmo concomitante) por outra pessoa, as idéias como informações são de uso ubíquo. Os limites são temporais e de validade jurídico-legal.

“Com os direitos de propriedade intelectual se privatizam os bens comuns e em primeiro lugar o saber social, mas também o patrimônio genético, o espaço da comunicação, a água, a energia e os produtos farmacêuticos. Se reintroduz a propriedade privada ali onde o progresso tecnológico permite em termos concretos a socialização da riqueza e do bem estar coletivos.

(...) O paradoxo da nova economia reside precisamente nisto: para garantir os benefícios se devem assegurar os direitos de propriedade intelectual, mas estes mesmo direitos de monopólio contradizem seu modo de funcionamento através de inovações contínuas. E estas inovações se convertem em um meio de ampliação do acesso à riqueza para setores cada vez mais amplos da sociedade”. (Marazzi,

O discurso hegemônico (um aparato teórico-doutrinário, de forte cariz econômico) em torno do tema advoga que, sem um monopólio temporário das idéias o ritmo da criação e inovação estariam gravemente comprometidos. Esse monopólio seria necessário para que o inventor ou criador possa alcançar os benefícios econômicos necessários para remunerar seus gastos de criação e desenvolvimento. Os direitos de propriedade intelectual (patentes, copyrights e marcas)⁴ representariam uma invenção e uma instituição do Estado. A essa defesa se associa o argumento lockeano de que a legitimidade da propriedade se assenta no trabalho.

Por outro lado, a origem do bem produzido intelectualmente, do fruto do trabalho intelectual, não está na natureza. Ele é produção coletiva e criação cultural. A informação na forma de idéia ou conhecimento é artificial, é fruto das interações, da condição humana, do desenvolvimento cultural. Empiricamente se constata a produção compartilhada de bens culturais, e que não se ancora no monopólio de exploração para evoluir. Esse é o centro da argumentação contrária à apropriação privada de bens simbólicos/imateriais. É isso que leva “ao questionamento sobre a correção moral de tornar exclusivamente privada uma obra cuja maior parte dependeu de um conhecimento realizado e transmitido coletivamente”, (Silveira, 2005). É a compreensão da economia política dos commons de informação que permite entender o suporte teórico, discursivo e de práxis do ativismo midiático, bem como a produção periféria de informação e cultura mobilizada por esse ativismo.

⁴ Hoje, mobilizados pela indústria do software, biotecnologia e entretenimento, principalmente, a expressão jurídica e econômica mais forte da proteção à propriedade intelectual é o Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS).

3.4 A economia política do Commons

O termo “commons” tem uma força que sua tradução reduz, por essa razão eu mantenho a grafia original. O que são os commons e como esse conceito pode ser importante no cenário conceitual que está sendo descrito? Qual sua importância para essa pesquisa? Commons pode indicar aquilo que é comum ou os espaços e as coisas que são públicas. Está relacionado às trocas comunitárias ou à produção simbólica compartilhada. Segundo o pesquisador Yochai Benkler (Silveira et al, 2007; Benkler, 2006), commons são espaços institucionais em que se pode praticar um tipo particular de liberdade - liberdade em relação a restrições tão entranhadas nas práticas sociais que são tomadas como precondições para a existência de mercados funcionais. A sua principal característica é também a que a diferencia da propriedade privada: nenhuma pessoa tem o controle exclusivo do uso e da disposição de qualquer recurso comum em particular. A utilização dos recursos em regime de “commons” são ditadas por regras formalmente articuladas e efetivamente impostas.

Yochai Bekler classifica o commons em quatro tipos, baseados em dois parâmetros. Eles podem ser abertos a todos ou a um grupo definido. Os oceanos, o ar e as vias públicas são commons abertos. Alguns exemplos de pastos ou sistemas de irrigação têm o acesso limitado aos membros de uma aldeia ou associação. O outro parâmetro é se o sistema comum é regulado ou não. Segundo Benkler, quase todos os regimes de propriedade comum conhecidos possuem regras, ou formais ou consuetudinariamente estabelecidas. Alguns commons abertos não possuem nenhuma regulação, pode-se usar à vontade - por exemplo, a obtenção do ar não é regulada por nenhuma convenção. Calçadas, ruas e rodovias são commons regulados presentes em nossa vida diária.

Benkler salienta, entretanto, que o recurso comum mais importante da humanidade é todo o conhecimento anterior ao século XX, a maior parte do conhecimento científico da primeira metade do século XX e grande parte do conhecimento contemporâneo. O autor argumenta ainda que existem circunstâncias em que os regimes de propriedade comum são não somente sustentáveis, mas mais eficientes que os regimes de propriedade individual. A informação é um bem público⁵ e, como já visto, é o insumo à produção de mais informação. Por essa razão, os commons de informação são sustentáveis, e necessários para sistemas inovadores e eficientes de produção de informação. São necessários commons de informação e

⁵ “Bem público” aqui se refere ao conceito de bem não rival, aquele cujo consumo não o elimina, não prejudicando por escassez, a fruição de outras pessoas.

conhecimento por todo o ambiente de redes como condição para o desenvolvimento e o crescimento de inovações em pesquisa & desenvolvimento. Do contrário, os processos de inovação passam a depender da permissão de concessionários (através das regulações impostas pela propriedade intelectual) para se desenvolver. Essa discussão é importante e é paradigmaticamente representada no embate entre a indústria de softwares proprietários e o forte movimento pelo software livre. “Mas commons de informação, cultura e conhecimento não são apenas, nem mesmo prioritariamente, uma questão de inovação. Commons significam liberdade, são espaços institucionais livres das restrições impostas pelos requisitos de mercados. Quando se fala de um ambiente de informação, do espaço cultural e simbólico que ocupamos como indivíduos e cidadãos, a diversificação das restrições sob as quais operamos, inclusive a criação de espaços relativamente livres das leis de estruturação de mercados, atinge o cerne da liberdade e da democracia”, afirma Benkler.

Por que isso é importante? Porque os commons tornam possível um ambiente (ou ambientes) em que os indivíduos e grupos são capazes de produzir informação e cultura por conta própria e de forma colaborativa. Tanto a produção fora do mercado de consumo de massa quanto a produção descentralizada ganham maior relevância. O que Yoshai Benkler, Sérgio Amadeu, Giuseppe Cocco, entre outros, verificam e expressam (com matizes diferentes) é a sedimentação da *common-based peer-production (produção colaborativa entre pares)* em diversas frentes. Esta, toma a forma de uma economia política a qual está associado “um novo direito público” que dá os seus primeiros passos no sentido “da proteção do trabalho comum (da socialização)”. Em que “a lógica pública (do copyleft⁶) se opõe à lógica proprietária (do copyright) à medida em que ela se qualifica pela proteção do comum, ou seja, dos produtos da atividade humana”, (Cocco & Malini, 2002).

Mas a *common-based peer-production* também se expressa em iniciativas que estavam secundarizadas pelas mídias de massa, pelos controladores do capital simbólico, como reflete Sérgio Amadeu e o próprio Yochai Benkler. Estas iniciativas se baseiam em colaboração e compartilhamento e num espírito de dádiva que se associam às possibilidades geradas pela desmaterialização simbólica a partir de sua digitalização. Essa iniciativas se apóiam ainda em comunicação de baixo custo e em

⁶ O copyleft constitui um movimento que, muito simplificada, propõe o livre uso de bens intelectuais com a condição apenas de atribuição de crédito de seu autor ou autores e do uso não comercial do que for criado a partir deste uso. O movimento foi iniciado por Richard Stallman, fundador da Free Software Foundation.

processadores baratos, muitas vezes fora de linha e usados na construção dos ambientes de trocas, comunicação e manifestação de subjetividades aqui referido.

Como afirma Marx, necessariamente as relações de produção e as forças produtivas entram em contradição e, quando isso acontece, tem lugar uma crise revolucionária que modifica a infra-estrutura da sociedade a partir de um choque sobre as relações de produção. Essa é a fonte da mudança social, a origem da dinâmica da sociedade segundo Marx. A crise advinda dessa contradição entre forças produtivas e relações de produção pode ser solucionada pela ação revolucionária do proletariado. É difícil analisar as possibilidades de superação desta contradição, hoje, em termos da relação conflituosa entre proletariado e o capitalista, tal como visto por Marx. Os termos do conflito e os atores em cena são outros.

Mas é possível identificar as forças produtivas às possibilidades técnicas de digitalização, armazenamento e distribuição de bens simbólicos, às interações produtivas em redes telemáticas, à produção horizontal e compartilhada a partir de recursos cognitivos comuns desenvolvidos pelas necessidade do próprio regime de produção capitalista. Às relações de produção é possível associar os investimentos legais, institucionais e mesmo tecnológicos em torno da propriedade intelectual e de bens simbólicos no sentido de evitar que eles “vazem” - ou seja, de que seja possível, a partir da tecnologia disponível, a produção de bens simbólicos e de informação que ameacem a hegemonia do poder constituído ou a fruição daquilo que é produzido no ciclo comercial.

A expansão das redes de informação e comunicação capitaneadas pelo capitalismo industrial para acelerar a circularidade dos bens e o retorno do capital geraram efeitos não previstos, que em parte expressam essa contradição básica. Parte desses efeitos se encontram no próprio questionamento da justificação da propriedade intelectual e de bens simbólicos; nos arranjos colaborativos e cooperativos que fazem uso de ferramentas tecnológicas necessárias à acumulação capitalista com uma orientação não ao mercado de consumo, mas à expressão de vivências e subjetividades periféricas; os mesmos recursos têm servido à ocupação do espaço público por forças da periferia a partir da reivindicação do poder comunicacional, o que aponta para as possibilidades de influência da esfera administrativa.

Em suma, quase toda a produção agora é feita através de redes de cooperação e de troca. De modo que a produção não pode basear-se na circulação do

saber e ao mesmo tempo pretender limitar o livre acesso a ele. Cooperação aqui é sinônimo de vida. Hoje, o trabalho e a vida, a produção e a reprodução estão amplamente misturados, alimentam-se reciprocamente. Em outras palavras, a riqueza material do mundo passa através de formas de colaboração, de cooperação, e não apenas pelo trabalho intelectual: os contatos, as relações, as trocas e os desejos tornaram-se produtivos. A produção é a própria vida. Somente nesta medida é que tudo aquilo que vive entra para o circuito produtivo. Em consequência, as formas de trocas monetárias, as formas de comando, a defesa da propriedade tornam-se cada vez mais parasitárias. Há trinta anos, elas podiam ser denunciadas como exploração, e o foram. Hoje, a mudança do paradigma da produção nutre o discurso que exige que elas sejam suprimidas. É um belo paradoxo: o capitalismo entrou numa nova fase, e são os próprios recursos gerados pelo capital que potencializam promessas que haviam sido feitas nos anos de 1970 sem conseguir cumprí-las. É esse o núcleo teórico-discursivo que alimenta o ativismo midiático no Brasil, cujas práticas reativas acontecem fomentando esferas públicas autônomas.

3.5 Práticas reativas em esferas públicas autônomas

Como relacionar a problemática da concentração dos meios de comunicação social no Brasil à economia política do commons e às práticas do ativismo midiático? Um caminho para responder a esta pergunta passa por reconhecer que os grupos que realizam ativismo midiático fomentam formas de relacionamento e de práxis que em muito se aproximam do conceito desenvolvido por Jürgen Habermas para esferas públicas autônomas (Habermas, 2003). A idéia dessas esferas públicas autônomas está fortemente ancorada à caracterização da sociedade civil dada por Cohen e Arato em termos de pluralidade; publicidade, privacidade e legalidade (Cohen & Arato, 1992). Isso implica em considerar uma sociedade civil cujo núcleo é formado por movimentos, associações e organizações livres, que não se identificam com o Estado nem com a economia, e captam as demandas nas esferas privadas, condensam-nas e as transmitem, a seguir, para a esfera pública política. Ou seja, está vinculada aos núcleos privados do mundo da vida.

A sociedade civil passa a ser entendida de forma mais pluralista; ela é identificada com os novos movimentos sociais e com instituições (na esfera privada e pública) que têm como objetivo barrar a *invasão* do mercado e do Estado nos pontos de contato destes com a sociedade civil. Cohen e Arato na verdade identificam uma política dual (*dual politics*) nos novos movimentos sociais, que perseguem objetivos ‘ofensivos’ e ‘defensivos’ ao mesmo tempo. Essa diferenciação será importante em

nossa análise. Como nota o próprio Habermas, através da ofensiva, os movimentos sociais tentam lançar temas de relevância para toda a sociedade, definir e trazer contribuições para a solução de problemas, acrescentar novas informações, interpretar valores de modo diferente, mobilizar bons argumentos, denunciar argumentos ruins, a fim de produzir uma atmosfera consensual, capaz de modificar os parâmetros legais de formação da vontade política e exercer pressão sobre os parlamentos, tribunais e governos em benefício de certas políticas. Ao passo que ‘defensivamente’ eles tentam preservar certas estruturas da associação e da esfera pública, produzir contra-esferas públicas subculturais e contra-instituições, solidificar identidades coletivas e ganhar novos espaços na forma de direitos amplos e instituições reformadas (HABERMAS, 2003). Essas duas facetas são articuladas pelos movimentos de ativismo midiático, tanto por meio das práticas de *apropriação tecnológica para mudança social* (também conhecida como metareciclagem) e quanto por meio do *jornalismo não comercial e mídia livre* - cujas características são apresentadas no tópico seguinte. Os objetivos alinham-se tanto numa linha de problematizar, criticar e procurar soluções para a concentração do setor de comunicações e suas conseqüências negativas - ainda que, por vezes, de forma localizada; quanto numa linha defensiva, de proteção e valorização de identidades periféricas e de suas manifestações.

Nesta descrição, o aspecto ‘defensivo’ desses movimentos inclui a preservação e o desenvolvimento da estrutura comunicativa própria ao mundo da vida. Esta formulação leva em conta, não somente aspectos paralelos discutidos por Alain Tourraine, mas também a idéia de Jürgen Habermas, segundo a qual esses movimentos podem ser os suportes dos potenciais da modernidade cultural”, (COHEN & ARATO, 1992).

Esse aspecto também tem um reflexo importante para nós, pois Habermas irá considerá-lo em sua teorização posterior (Habermas 2003). Ora, o que Habermas assume, a partir do trabalho de Cohen & Arato, é que a sociedade civil pode, em certas circunstâncias, ter opiniões públicas próprias, capazes de influenciar o complexo parlamentar (e os tribunais), reorientando o rumo do poder oficial e alterando a agenda do sistema político. Ou seja, a opinião pública pode exercer influência política, interferindo no comportamento eleitoral das pessoas ou na formação da vontade nas corporações parlamentares, governos e tribunais. Na teorização habermasiana, a influência pública e política tem que passar antes pelo filtro dos processos institucionalizados da formação democrática da opinião e da vontade, transformar-se em poder comunicativo para só então infiltrar-se numa legislação legítima. Ou seja, para produzir um poder político, a elaboração teórica

de Habermas, apoiada em Cohen e Arato, leva em consideração que a influência das esferas públicas tem que abranger também “as deliberações de instituições democráticas da formação da opinião e da vontade, assumindo uma forma autorizada”.

A influência pública que os grupos da sociedade civil exercem acontece por causa e através dos fluxos de comunicação por eles produzidos. Esses fluxos precisam, segundo o modelo adotado por Habermas, passar pelo canal estreito do núcleo político. Ou seja, tem que lidar com a restritiva e excludente correlação de forças deste núcleo. O que Habermas conclui é que a legitimidade de decisões impositivas só é obtida quando elas são reguladas por fluxos comunicacionais que partem da periferia, passam pelos ritos próprios à democracia e do estado de Direito até chegar ao âmbito político, onde se processa sua regulamentação (no complexo parlamentar) e a aplicação jurídica (nos tribunais). Trata-se de uma contra-corrente que atravessa o “fluxo oficial do poder”. Isso resume uma teoria da democracia que procura evitar que o poder social e o poder administrativo se tornem independentes em relação ao poder comunicativo que se forma no contexto parlamentar.

Habermas considera que há três modelos que definem como os temas são colocados na ordem do dia e que orientam os fluxos de comunicação. No primeiro (*inside access model*), a iniciativa é dos dirigentes políticos ou detentores do poder, em que “antes de ser discutido formalmente, o tema segue seu percurso no âmbito do sistema político, sem a influência perceptível da esfera pública política ou até com a exclusão dela”. No segundo caso (*mobilization model*), a esfera pública é mobilizada, mas a iniciativa ainda é do sistema político. O terceiro caso é aquele em que as iniciativas pertencem às forças que se concentram fora do sistema político, que se utilizam da pressão da opinião pública - é esse extrato que mais nos interessa. Citando Cobb, Ross e Ross, Habermas afirma que “o modelo da iniciativa externa aplica-se à situação na qual um grupo que se encontra fora da estrutura governamental: 1) articula uma demanda, 2) tenta propagar em outros grupos da população o interesse nessa questão, a fim de ganhar espaço na agenda pública, o que permite 3) uma pressão suficiente nos que têm poder de decisão, obrigando-os a inscrever a matéria na agenda formal, para que seja tratada seriamente.

Ainda que os dois primeiros modelos sejam predominantes, Habermas quer deixar claro que os atores da sociedade civil podem assumir papel ativo, quando tomam consciência de uma situação de crise que os envolve. Apesar da fragilidade organizacional dessas instâncias da sociedade civil, da capacidade de ação

eventualmente fraca e das desvantagens estruturais, o que é aliás patente nos grupos que realizam ativismo midiático, os atores da sociedade civil têm a possibilidade de inverter a direção do fluxo convencional da comunicação na esfera pública e no sistema político.

Os novos problemas são percebidos pelas instâncias da esfera pública antes que os centros da política por causa de sua forte ligação desta com os domínios da vida privada. Não seriam outras as razões, segundo Habermas, pelas quais tenham sido tais grupos a identificarem primeiro o surgimento de grandes temas como o desequilíbrio da natureza, o empobrecimento do Terceiro Mundo, o aumento da emigração, os riscos dos experimentos genéticos, entre outros.

“Não é o aparelho do Estado, nem as grandes organizações ou sistemas funcionais da sociedade que tomam a iniciativa de levantar esses problemas. Quem os lança são intelectuais, pessoas envolvidas, profissionais radicais, ‘advogados autoproclamados’, etc. Partindo dessa periferia, os temas dão entrada em revistas e associações interessadas, clubes, academias, grupos profissionalizantes, universidades, etc., onde encontram tribunas, iniciativas de cidadãos e outros tipos de plataformas; em vários casos transformam-se em núcleos de cristalização de movimentos sociais e de novas subculturas”,
(HABERMAS, 2003, p. 115).

Pretendo aproximar a identificação deste fenômeno à criação, pelos grupos de ativismo midiático no Brasil, de alternativas à concentração do setor de comunicação social e às limitações de acesso a novas tecnologias da informação. Os grupos de ativismo midiático parecem incorporar, de variadas formas, os “intelectuais, os profissionais radicais, os advogados autoproclamados” a que se refere Habermas e que levantam os problemas decorrentes da monopolização dos meios de comunicação no Brasil, que buscam criar modelos de apropriação tecnológica e gerar canais de informação não comercial e por vezes contra-hegemônicos. As redes comunicativas que se estabelecem parecem fomentar potenciais críticos que reflexivamente fortalecem a autoridade do público, em oposição à homogeneização de “massas doutrinadas, seduzíveis populisticamente”. Na verdade, o que é colocado em questão não se restringe aos efeitos nocivos do quadro da monopolização dos meios de comunicação, embora esse problema seja central. Também está em pauta a necessidade de se garantir o acesso e o controle de recursos tecnológicos que permitam a expressão de subjetividades e vivências periféricas não tematizadas pelo conjunto de canais comunicativos hegemônicos.

Para Habermas, a capacidade de influência exercida pelas esferas públicas políticas é fomentada pela percepção de problemas sociais relevantes, que suscitam uma consciência de crise na periferia, a partir de um mundo da vida racionalizado. Essa consciência de crise se dirige ao arranjo desigual e injusto dos meios de comunicação social no Brasil, cujas conseqüências são tematizadas nas periferias; a crise também se esboça na contradição entre o desenvolvimento de recursos técnicos e o monopólio de conhecimentos, informação e meios de comunicação, de onde o poder capital em sua forma tardia retira sua força e poder.

Contraditoriamente, o desenvolvimento dessas tecnologias digitais resultantes de desenvolvimento técnico elevam as possibilidades e facilidades do acesso a bens imateriais comuns e a sua manipulação, impulsionados ainda pela economia política dos commons de informação, já analisado anteriormente. São esses fatores que instauram uma crise, uma vez que suscitam a quebra do monopólio do conhecimento, instauram novos modelos de propriedade (comunitária) e abrem possibilidades de manifestação de vivências e subjetividades não hegemônicas e/ou contra hegemônicas.

Nesse sentido, podemos entender que essa crise apresenta-se em sua dimensão econômica como manifestação de contradições atuais do modo de produção. Mas não somente, pois ela se articula em vários níveis e portanto não será “solucionada” por uma ação rápida das classes dominantes: essa crise tem uma contraparte superestrutural, político-ideológica, cuja expressão é uma crise de hegemonia. Sim, estou a usar o conceito de “crise orgânica” (Gramsci), que “se caracteriza - ao contrário da crise ‘catastrófica’ - por um período relativamente longo de maturação, no qual se dá uma complexa luta por espaços e posições, um movimento de avanços e recuos”, (Coutinho, 2003). Luta por espaços e posições que têm nas comunicações um terreno de disputa formada por diferenciados, porém interligados, fronts. E onde se mobilizam os grupos que realizam ativismo midiático.

Nessa forma de analisar esse contexto (de crise orgânica), a noção de “guerra de posição” também pode ser útil, na medida em que o “critério central para a resolução da crise é a iniciativa dos sujeitos políticos coletivos, a capacidade de fazer política”, (Coutinho, 2003). Quando Gramsci formulou sua teoria política, procurava também entender os termos do processo (consolidando e superando as análises de Lênin, Engels e Marx), que levaria à destruição da formação econômico-social capitalista. Ainda que as pretensões dos movimentos de ativismo midiático sejam menos pretenciosos, esses conceitos poderão servir para a compreensão do

problema aqui colocado. A luta por espaços e posições por exemplo (guerra de posições) parece ser um conceito útil para analisarmos as mobilizações dos grupos que realizam ativismo midiático em termos das alianças que estabelecem e do uso dos meios de comunicação em sentidos contra-hegemônicos. Assim, saliento a necessidade de também inserir como referência teórica de análise o conceito de hegemonia e de contra-hegemonia mobilizado por Gramsci.

No meu entender, os grupos que realizam ativismo midiático estão envolvidos em uma luta por hegemonia. É preciso considerar que a hegemonia tem sua dimensão cultural, simbólica, além de suas dimensões política e econômica. De modo que, como afirma Carlos Nelson Coutinho, a batalha das idéias - o diálogo e o confronto cultural - assume uma importância decisiva na luta por hegemonia. Há uma plataforma ideológica sobre a qual se articula dialeticamente as práticas e os discursos dos movimentos aqui considerados. De fato, até onde foi observado até aqui, há uma forte vinculação entre teoria (esta, alimentada por diversas fontes, como Deleuze e Guatarri, Antônio Negri, Lazzarato, Guy Debord, Richard Stallman, o movimento pelo software livre e o código de conduta hacker) e as práticas de tais grupos. Essa dimensão teórico-prática é importante. Pois, como apontou Gramsci, a filosofia que se ancora nessa dinâmica pode alterar as relações de produção numa relação dialética entre base econômica, estrutura social e consciência dos homens (Gruppi, 2000).

Parece-me que também na luta contemporânea dos ativistas midiáticos sem a unidade entre teoria e ação, a hegemonia é impossível, porque ela só se dá com plena consciência teórica e cultural da própria ação; com aquela consciência que é o único modo de tornar possível a coerência da ação, de emprestar-lhe uma perspectiva, superando a imediaticidade empírica.

Aparentemente, os ativistas focalizados nessa pesquisa encarnam essa vanguarda, que não é bem proletária. Mas que está, por vezes, em contato com um proletariado aberto a inovações, a dinâmicas e processos alternativos de desenvolvimento e que podem elaborar uma crítica às relações de produção atuais.

A economia política dos commons de informação é o fruto contraditório do desenvolvimento técnico do capitalismo por redes telemáticas, que sustenta a resistência em esferas públicas fomentadas pelos grupos de ativismo midiático tematizados nesse projeto. Esse é um vínculo entre as formulações sobre sociedade civil & esferas públicas de Habermas, Cohen & Arato; as teorizações sobre o trabalho

imaterial, economia política dos commons, tecnologias digitais, capitalismo, e o ativismo midiático em torno da democratização da comunicação no Brasil.

Entretanto, o que parece não ser aplicável ao problema aqui proposto é a idéia de que para atingir o grande público e a “agenda pública” os temas problematizados pela sociedade civil precisam necessariamente passar pela (grande) mídia. No que se refere às atividades dos grupos que realizam ativismo midiático, por vezes não existe necessariamente nem mesmo a intenção de se atingir um grande público ou se interferir na “agenda pública”, embora isso tenha acontecido também⁷. Mais: Habermas afirma acertadamente que as opiniões públicas representam potenciais de influência política que podem ser usados para interferir no comportamento eleitoral das pessoas ou na formação da vontade nas corporações parlamentares, governos e tribunais. A partir daí Habermas afirma que a influência político-publicitária só pode se transformar em poder político (levando a decisões impositivas) quando se assenta nas convicções dos membros autorizados do sistema político. Assim, o poder político é considerado unicamente em termos de um potencial que leva a decisões impositivas, desconsiderando-se que o poder político pode existir fora do sistema político institucionalizado.

Nesse sentido, talvez seja interessante e necessário considerar como faz Sérgio Costa (1997), para quem “os movimentos sociais (em cujo terreno o ativismo midiático deve ser considerado) apresentam perfis organizativos próprios, uma inserção específica na tessitura social e articulações particulares com o arcabouço político-institucional”. E que, portanto,

parece necessário reconhecer que as contribuições democratizantes desses movimentos não podem ser enxergadas unicamente a partir das instâncias institucionais, esperando-se deles o aperfeiçoamento dos mecanismos de intermediação de interesses ou a renovação da vida partidária, minada em países como o Brasil pelas velhas práticas autoritárias e pelos novos casuísmos. Suas possibilidades residem precisamente em seu ‘enraizamento’ em esferas sociais que são, do ponto de vista institucional, pré-políticas. E é no nível de tais órbitas e da articulação que os movimentos sociais estabelecem entre estas e as arenas institucionais que podem emergir os impulsos mais promissores para a construção da democracia (Costa, 1997).

⁷ O projeto Casa Brasil, que envolve cinco ministérios, além da Casa Civil, da Secretaria de Comunicação do Governo Federal e dois bancos federais; e o Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura, são exemplos de alteração da “agenda pública” que se tornaram política de governo a partir da influência exercida por esferas públicas. Essas ações institucionalizadas do governo realizam muitos dos objetivos dos grupos de ativismo digital.

A utilização do ‘aparato’ teórico habermasiano precisará portanto levar em consideração a contingência e a especificidade do objeto de estudo. E, nesse sentido, será necessário considerar os casos em que há a articulação para se tematizar publicamente as demandas das esferas públicas com vistas à alteração da agenda midiática e do centro da deliberação política institucionalizada; mas será necessário também considerar quando as esferas públicas autônomas não buscam tal tematização, através por exemplo de uma luta pela alteração do marco legal do setor. Tais iniciativas se caracterizam por atuar criando alternativas de expressão midiática e formando opinião pública, apesar do Estado, das leis, da falta de estrutura e contra tais condicionantes.

Por outro lado, Habermas coloca que os atos de desobediência civil são o último degrau para se obter audiência maior e influência político-jornalística aos argumentos da oposição. “Tais atos de transgressão simbólica não-violenta das regras se auto-interpretam como expressão do protesto contra decisões impositivas, as quais são ilegítimas no entender dos atores, apesar de terem surgido legalmente à luz de princípios constitucionais vigentes”, (HABERMAS, 2003, p. 117). Tais atos se dirigem, segundo Habermas, aos responsáveis e mandatários na arena política institucionalizada e apelam para que se retomem e se revisem as deliberações políticas formalmente concluídas; dirigem-se ainda ao juízo crítico de um público de pessoas privadas, “a ser mobilizado através de meios não-convencionais”. Assim, a desobediência civil sempre se dirige a um sistema político reclamando de sua vinculação com a sociedade civil, e lembrando da impossibilidade de desligamento com a periferia.

Isso nos fornece uma rica ferramenta de análise de uma linha importante de atuação do ativismo midiático, representada pelos grupos que instauram rádios livres, a despeito da legislação que as proíbe. Esse ato de desobediência civil se reconhece principalmente como uma forma de realizar a mídia por meio da qual a periferia se faça ouvir e se represente. O mesmo modelo de desobediência civil parece ter dois alvos: os políticos, cobrando a retomada dos debates em torno da legislação; e o o público da periferia, na tentativa de mobilizá-lo formando uma opinião pública mais crítica.

Nesse sentido, é conveniente citar um trecho do importante livro de Choen e Arato (1992), em livre tradução:

O objetivo da desobediência civil é persuadir a opinião pública na sociedade civil e política de que uma lei ou política particular é ilegítima e uma mudança é justificável. Atores coletivos envolvidos em desobediência civil invocam os princípios utópicos de democracias constitucionais, apelando às idéias de direitos fundamentais ou legitimidade democrática. A desobediência civil é assim um meio para reafirmar a ligação entre sociedade civil e sociedade política, quando tentativas legais de exercer influência falharam e outros meios se exauriram”. O que se aplica ao aparato legal e político no Brasil, permissivo à concentração dos meios de comunicação social (Cohen & Arato, 1992).

É esse o aparato teórico que considero necessário para a análise da vínculo entre o cenário de concentração do setor de comunicações no Brasil, o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo (com suas contradições), a economia política dos commons de informação e o ativismo midiático e suas várias formas de manifestação no Brasil. Os próximos meses servirão para amadurecer essa perspectiva - por meio de leituras mais aprofundadas -, e para pô-la à prova.

4. Descrição dos formatos de ativismo midiático no Brasil

O ativismo midiático é um conjunto de movimentos sociais cuja principal característica é a utilização de mecanismos políticos de forma defensiva e ofensiva com objetivos variados. Educação de extratos carentes da população, especialmente de jovens; desenvolvimento de formas não-hegemônicas (por vezes, contra-hegemônicas) de comunicação social; desenvolvimento de soluções alternativas de acesso às novas tecnologias da informação; realização de jornalismo não comercial e crítica ao arranjo proprietário de bens culturais são as principais formas de atuação verificadas. Estes objetivos convergem no sentido de procurar evitar aquilo que em termos habermasianos pode ser compreendido como a colonização do *mundo da vida* pelos subsistemas do poder econômico e da burocracia.

As linhas de atuação do ativismo midiático no Brasil, assumidas nesse projeto, são representadas pelas práticas de *apropriação tecnológica para mudança social* (também conhecida como metareciclagem) e de *jornalismo não comercial e mídia livre* (a exemplo do Centro de Mídia Independente e do movimento de rádios livres). A crítica ao modelo de propriedade intelectual é um elemento que perpassa essas atividades de forma a alimentá-las teórica e discursivamente.

A *apropriação tecnológica para mudança social (MetaReciclagem)* é realizada em comunidades carentes por meio da desmontagem e remontagem de computadores e posterior construção telecentros. Implica ainda a instalação de sistemas operacionais livres (softwares livres) customizados, o que aumenta a performance dos equipamentos doados (considerados desatualizados).

De um ponto de vista conceitual, trata-se de um “processo de construção coletivo de conhecimento e conseqüente domínio de uma determinada tecnologia que, no limite, desmistifica e abre um novo campo, uma nova interface, uma nova gestualidade e novas possibilidades de criação, enfim, uma nova linguagem e sua simbologia”⁸. Aplicado às tecnologias digitais, aos computadores pessoais e à eletrônica embarcada em equipamentos de uso cotidiano, o conceito passa a se referir à transformação do computador de uma mera ferramenta de trabalho em um instrumento de comunicação e de uma nova linguagem de criação e expressão para refletir as necessidades locais de cada comunidade, de cada coletivo, de cada grupo organizado em torno de um fim próprio. Os agentes da metareciclagem são coletivos autônomos, Organizações Não Governamentais e mesmo programas de governo⁹ e essa metodologia está sendo aplicada em escolas, em comunidades carentes, com ênfase no público jovem, em associações de trabalhadores (como catadores de lixo), cooperativas entre outros.

Um dos principais articuladores da metareciclagem no Brasil se refere assim a essa atividade:

MetaReciclagem é uma rede aberta que propõe a apropriação tecnológica como metodologia de aprendizado, mobilização, engajamento e transformação social. Insere-se de maneira crítica no contexto da inclusão digital, do ativismo midiático e da mútua influência entre arte e tecnologia. A MetaReciclagem entende que a tecnologia está sempre em processo de construção, e que todo usuário tem o direito de abri-la para entender e propor novos usos, tornando-se sujeito ativo do desenvolvimento tecnológico. Ainda nesse sentido, propõe que tecnologia seja compreendida de forma ampla: computadores são tecnologia, assim como chaves de fenda, escovas de dente, tesouras, o domínio do fogo e a linguagem. O acesso ao conhecimento embutido nessas tecnologias é ferramenta de emancipação e geração de autonomia. Parte também de fenômenos como a gambiarra e o mutirão para propor uma identidade brasileira no trato da tecnologia e da mobilização social.

⁸ Por isso, a metareciclagem se diferencia da inclusão digital, embora seja a ela associada. Essa descrição é de um dos integrantes da metareciclagem que atua em São Paulo, Dalton Martins.

⁹ O Projeto Casas da Cultura, capitaneado pela Casa Civil e pela Secretaria de Comunicação do governo Federal, que inclui ainda seis ministérios, é um exemplo de como essa metodologia vem sendo adotada pela esfera administrativa como resultado das articulações da Sociedade Civil organizada. O Projeto oferece entre outros, oficinas baseadas nos princípios de metareciclagem.

Além de objetivamente propor uma perspectiva de aproximação entre pessoas e tecnologia, a MetaReciclagem também se configura como uma instância inovadora de organização e ação, em interação constante e aprofundada com os diferentes atores da sociedade. Essa interação é acentuada por uma posição coletiva que se baseia na crítica sem se perder em mera oposição, e busca a construção de alternativas inclusivas e sustentáveis, com base na produção colaborativa, no conhecimento livre, a inovação em rede, o aprendizado distribuído. A própria definição de MetaReciclagem é elástica e está sempre em transformação, como consequência do diálogo continuado entre seus integrantes. A instância organizativa da rede é uma lista de discussão na internet, aberta a todos os interessados. (Felipe Fonseca, 3 de setembro, 2007)

Esse movimento completa em 2007 cinco anos. Nesse período, as metodologias e os objetivos da MetaReciclagem influenciaram diversos projetos de governos estaduais e Federal e da sociedade civil organizada, fez surgir grupos mobilizados em praticamente todo território nacional e, como afirma Felipe Fonseca, “consolidou-se como espaço autônomo de reflexão e ação tática de apropriação tecnológica”. Uma abordagem descritiva e pormenorizada da curta porém relevante história do movimento de MetaReciclagem foi realizada por Caetano (2006).

Os grupos que realizam *jornalismo não-comercial e mídia livre* formam outro braço do ativismo midiático no Brasil. Os grupos que realizam jornalismo-não comercial, a exemplo do Centro de Mídia Independente (CMI) e das rádios livres consideradas nessa investigação, procuram “dar voz a quem não tem voz, constituindo uma alternativa consistente à mídia empresarial que freqüentemente distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses das elites econômicas, sociais e culturais”, como declara a carta de princípios do CMI. A ênfase da cobertura dessa rede de produtores voluntários, especificamente, “é sobre os movimentos sociais, particularmente, sobre os movimentos de ação direta (os ‘novos movimentos’) e sobre as políticas as quais se opõem”.

Outra forma de realização da categoria *jornalismo não-comercial e mídia livre* é representado pelo movimento das rádios livres e pelos coletivos que dão suporte à produção de rádio e tv ou que desenvolvem softwares para produção multimídia ou mesmo realizam produção áudio-visual. A realização de oficinas com esse fim também está entre as atividades deste último grupo. Institucionalmente, tais grupos se enquadram desde a total ilegalidade - o caso das rádios livres - passando por coletivos de trabalho informais, até a institucionalidade plena, na forma de empresas e Organizações Não-governamentais. Esse extrato engloba ainda os grupos e indivíduos que trabalham para criar, desenvolver e manter plataformas

de apoio técnico e armazenagem e compartilhamento de conhecimento e informação e que tornam possível a realização das atividades de jornalismo não-comercial e mesmo de MetaReciclagem. Com isso, pretendo indicar a transversalidade dessas atividades, separadas aqui por questões de ordem metodológica.

5. Objetivos

5.1 Objetivo geral

O objetivo central a que esse estudo se propõe é analisar as formas pelas quais movimentos, grupos sociais ou segmentos políticos não-hegemônicos se apropriam de tecnologias da informação e comunicação com o objetivo de ocupar o espaço público, criando alternativas de manifestação cultural, reivindicação política e crítica contra-hegemônica.

5.2 Objetivos específicos

- i) Identificar as referências teórico-metodológicas que orientam, influem e guiam o ativismo midiático realizado pelos grupos em foco;
- ii) Analisar criticamente a influência ideológica exercida pelo movimento do software livre aos princípios que norteiam as atividades dos grupos que realizam ativismo midiático no Brasil
- iii) Identificar as principais formas utilizadas pelos grupos para realizar reivindicação política e crítica contra-hegemônica;
- iv) Associar e sistematizar a relação daquelas referências teórico-metodológicas e os princípios do movimento pelo software livre com o modus operandi e o conteúdo discursivo produzido pelos grupos pesquisados;
- v) Analisar como a transversalidade e as interações recíprocas entre diferentes grupos interferem na ocupação de espaço público e nos potenciais de formação de opinião pública;
- vi) Identificar as contradições internas dos movimentos em foco e as ameaças que circundam os movimentos;
- vii) Identificar as fontes de financiamento e de estrutura técnica que tornam possível a existência de tais iniciativas;

viii) Identificar, a partir das análises anteriores, os elementos metodológicos necessários para a criação de um observatório de ativismo midiático e digital realizado no Brasil.

6.0 Hipóteses

No Brasil, o ativismo midiático (em sua forma digital e não digital) nas formas como é definido nesse projeto, é uma reação ao arranjo centralizado e monopolizado do setor da rádio-difusão que se concretizou na Constituição de 1988, mas que vem sendo gestado desde as primeiras legislações, na década de 1930. Como tal, se coloca em oposição a esse arranjo de forças expresso pelos meios de comunicação de massa com ações localizadas, fomentando esferas públicas autônomas, nos termos da crítica realizada por Cohen & Arato (1992) ao conceito mobilizado por Jürgen Habermas. Ou seja, elas emulam a reação preconizada às forças do sistema, representadas pelo monopólio da fala e pela anulação da política, nos termos usados por Francisco de Oliveira (Oliveira & Paoli, 1999).

A ação desses movimentos se baseia numa economia-política que se caracteriza pelo exercício de cooperação técnica e compartilhamento de conhecimento, que se mostram crescentemente virtuosos graças às atuais contradições entre as forças produtivas e as relações de produção típicas do capitalismo informacional. Essas contradições se expressam entre as possibilidades técnicas de criação, manipulação e compartilhamento de bens culturais (desenvolvidas pelas demandas do próprio capitalismo) e as tentativas de proteção desses bens culturais e os usos não hegemônicos dessas ferramentas, que implicam no questionamento da propriedade intelectual e do edifício teórico-discursivo que lhe dá apoio.

Nesse sentido, os movimentos sociais tematizados nesse projeto estão a fazer uso e a construir uma economia informacional em rede a partir da periferia, com base em conhecimentos e vivências comuns que alimentam as pulsões por fazer política, articular a fala e formar opinião pública tanto nos ambientes institucionalmente reconhecidos quanto nos ambientes periféricos.

Tais elementos não formam necessariamente orientações programáticas para os grupos listados, mas um conjunto de suportes teóricos, discursivos e pragmáticos que se articulam continuamente. Nesse sentido, as iniciativas listadas nesse projeto se alimentam todas de posições contra-hegemônicas localmente articuladas de

reivindicação, de crítica ao poder constituído (pelos governos e pelas mídias hegemônicas) e de solidariedade, bem como de valores e culturas.

Assim, o ativismo midiático materializa uma nova modalidade de resistência política e cultural, em que as tecnologias da informação e comunicação são apropriadas como ferramentas através das quais é possível opor resistência virtuosa ao processo de monopólio da fala e de relativa anulação da política. Como consequência, essas articulações resultam em ocupação do espaço público e em formação de opinião pública crítica.

7. Metodologia

A metodologia de coleta de dados e de análise que se pretende aplicar é de tipo qualitativa. Dado que os grupos de ativismo midiático produzem textos variados relacionados a suas atividades, em que são explicitadas as suas influências teóricas e discursivas, bem como suas visões de mundo e formas de atuação, parece conveniente a aplicação de uma análise de conteúdo com ênfase na observação do contexto. Além desses elementos, tais textos permitem verificar o alto grau de hibridação e transversalidade das atividades militantes.

O corpus a ser analisado será formado por textos disponibilizados nos sites dos movimentos e nos blogs dos integrantes e será considerada a produção realizada a partir do ano de 2000. A prioridade será dada aos textos que evidenciam os objetivos, os princípios, as referências teóricas e ideológicas e as formas de operação dos respectivos grupos, bem como as interrelações entre eles. Também serão considerados os textos que caracterizam os objetivos e atividades do Projeto Casa Brasil e do Programa Cultura Viva, ambos financiados pelo governo Federal na gestão do presidente Luis Inácio Lula da Silva, com apoio de entidades variadas da sociedade civil, como organizações não governamentais, sindicatos, associações de moradores, cooperativas, entre outros.

Ainda serão considerados os textos mais representativos identificados nas listas de discussão na internet Metarec, Submidialogia, Universidade Nômade e Rádio Livre. Tais ambientes virtuais funcionam como espaços de discussão teórica, troca de informações, acerto de atividades, ajustes nos serviços online que são compartilhados pelos indivíduos e grupos que realizam ativismo midiático numa das linhas aqui apresentadas. Esse acompanhamento já vem sendo feito há um ano e pretende-se continuar com ele durante o tempo de coleta de dados (o calendário de atividades está abaixo).

Dada a enorme quantidade de mensagens trocadas nessas listas de discussão, será necessário uma escolha de mensagens por meio de um acompanhamento sistemático. A escolha das mensagens que serão analisadas será feita em função da relevância para a pesquisa. Ou seja, serão selecionadas aquelas que permitirem conhecer as influências teóricas e discursivas dos movimentos, suas formas de atuação, seus relacionamentos com outros movimentos sociais e com as instâncias do poder público.

Também fará parte da estratégia metodológica entrevistas semi-estruturadas com cerca de 20 militantes. As entrevistas serão, na medida do possível, realizadas presencialmente. Mas estima-se que a maior parte desses contatos serão realizadas por telefone, uma vez que os grupos visados na pesquisa não se encontram todos em Pernambuco. Uma vez que não é possível visitar e acompanhar todas as oficinas de áudio e imagem, bem como de MetaReciclagem e de software live realizadas nos pontos de cultura e nas Casa Brasil no território nacional, as entrevistas poderão suprir essa deficiência pois serão realizadas com militantes que idealizaram e/ou hoje participam desses programas federais. A lista com a seleção desses entrevistados está logo a baixo.

Uma última vertente da estratégia metodológica é formada pela leitura aprofundada de uma bibliografia que, a essa altura da pesquisa, já é possível perceber que influencia as ideologias, os discursos e as práticas dos movimentos sociais de ativismo midiático. Com essas leituras, pretende-se amadurecer a compreensão do cenário político econômico em que o problema está colocado, fortificando e sofisticando conceitos-âncoras usados até aqui, como “economia política dos commons” e “trabalho imaterial”; formar um entendimento crítico das formações ideológicas que permeiam e alimentam os movimentos; e esclarecer as principais referências que orientam as articulações em rede experimentadas pelos movimentos em questão.

Alguns desses autores são Maurizio Lazzarato (“As revoluções do capitalismo”), Maurizio Lazzarato e Antonio Negri (“Trabalho Imaterial”), Antonio Negri (“De volta: abecedário biopolítico”), Antonio Negri e Michael Hardt (“Império”; “Multidão - Guerra e democracia na era do império”), Antonio Negri e James Newell (“The politics of subversion”), Guilles Deleuze e Félix Guatarri (“Mil Platôs”, “O anti Édipo”), Guilles Deleuze (“Nomadology - The war machine”), Félix Guatarri (“Rádio Alice”), Guy Debord (“A sociedade do espetáculo”), Yan Moulier-Boutang (“Capitalismo cognitivo”), Paolo Virno (“Grammar of multitud”), Giuseppe Cocco (“As

multidões e o império”; “Capitalismo Cognitivo”; “Global”; “O Trabalho da Multidão”), Christian Marazzi (“Sitio de los Calcetines”), Franco Berardi (“A fábrica da infelicidade”), Michel de Certeau (“A invenção do cotidiano”), Yochai Benkler (“The wealth of networks”), Richard Stallman, Lawrence Lessig, Charles Donnelly (“Free software, free society”).

Os grupos e pessoas a serem contactados são

Apropriação tecnológica para mudança social (metareciclagem)

a)Bailux

Descrição: O grupo se descreve como uma célula do movimento de Metareciclagem que se alinha com o “conceito de replicagem e contaminação virótica por zonas autônomas temporárias”. As atividades são desenvolvidas no Arraia D’Ajuda, na Bahia, por meio de oficinas a adolescentes da comunidade. O objetivo é a transferência de conhecimentos sobre o funcionamento de computadores e a implantação e uso de ferramentas de software livres, bem como o uso dos recursos comunicativos da internet.

Localização: Estrada Mucugê-253B, Arraial d’Ajuda, Bahia

Entrevistado:Régis (rbailux@gmail.com)

Site: <http://bailux.wordpress.com>

Tempo de existência: 3 anos

b)O Projeto eCommunita Arte & Tecnologia

Descrição: A eCommunita é uma empresa que surgiu de uma experiência de criação de comunidades online, atuando nas áreas de formação de redes, cultura digital, comunidades de prática e tecnologias sociais. A empresa é contratada para aplicar iniciativas de inclusão digital, oficinas de áudio, vídeo e montagem de computadores. Uma das localidades a receber esse modelo de ensino-aprendizagem desde novembro de 2006 é a comunidade de Jabaquara, em São Paulo. A empresa foi contratada pelo programa ACESSA-SP com esse objetivo, criando oficinas para o público na área de manutenção e montagem de computadores, experimentação e desenvolvimento de tecnologia, a partir de computadores reciclados.

Localização: Rua Heitor de Andrade, 73 - 1º Andar - Sala 5, Santa Terezinha - Santo André - SP - Brasil.

Entrevistados: Dalton Martins (dmartins@gmail.com)

Site: <http://www.ecommunita.com/comunidade/>

Tempo de existência: Três anos

Telefones: (11) 4997-3338, (11) 8536-3297, (11) 8536-5430, (11) 5588-4797 / 4372

c) Escola Joaquim Izidoro Marins (Projeto MetaJIM), em Sorocaba

Descrição: MetaJIM é um dos frutos do projeto “Vagão Digital” , desenvolvido pelo coletivo Nave.org, que tem como principal objetivo de disseminação, fomento e apoio à formação, implantação e manutenção de Telecentros em Sorocaba e região, a fim de reduzir a desigualdade tecnológica das comunidades locais, levando para esses locais um espaço que privilegia a formação e a capacitação em tecnologia aliada à cultura, arte, entretenimento e participação popular. O MetaJIM realiza oficina de Metareciclagem nessa escola, para alunos e comunidade em geral.

O grupo leva à comunidade a idéia de apropriação de tecnologia em busca de transformação social com a captação de computadores usados e montagem de laboratórios reciclados usando software livre, até a criação de ambientes de circulação da informação através da internet, passando por todo tipo de experimentação e apoio estratégico e operacional a projetos socialmente engajados. O MetaJIM pretende ainda ser um espaço comunitário, de uso gratuito e acesso irrestrito, para promover a inserção tecnológica, a divulgação da ciência, cultura e arte, gerando a ampliação da cidadania através de grandes fios condutores como: democratização das comunicações, compartilhamento de conhecimento, valorização da mulher, respeito à diversidade e desmistificação das tecnologias. Atende a 300 pessoas.

Localização: Rua Dolores Bruno, 432, Vila Angélica, Sorocaba

Contatos: Hudson Augusto (HUDSONAUGUSTO@GMAIL.COM)

Site: <http://nave.org>

Tempo de existência: teve início em 19 de abril de 2007.

Telefones: (15) 9125.0479

d) Casas Brasil & Pontos de Cultura

Thiago Novaes - Integrante da coordenação nacional do projeto Casa Brasil e foi o responsável pela instalação dos Pontos de Cultura.

Caio Mariano - Advogado, consultor Jurídico convidado do Ministério da Cultura (gestão Gilberto Gil) na implementação dos projetos de inclusão digital "Pontos de Cultura".

Fabiane Balvedi - Tutora de oficina de metareciclagem no Projeto Casa Brasil.

Ricardo Ruiz - Tutor de oficina de metareciclagem no Projeto Casa Brasil.

Felipe Machado - Coordenador de Implementação dos Pontos de Cultura Digital/MINC em Pernambuco.

Outros militantes do movimento Metareclagem a serem entrevistados:

Felipe Fonseca - Principal articulador do projeto Metareciclagem no Brasil.

Hernani Dimantas - Coordenador de conteúdo do Programa ACESSA-SP - Governo do Estado de São Paulo, Coordenador do Lidec - Laboratório de Inclusão Digital e Educação Comunitária - Escola do Futuro - USP, um dos articuladores do projeto Metareciclagem.

Fabiane Borges - Militante

Jornalismo não comercial e mídia livre

a) Rádio Muda 105,7 FM

Descrição: Trata-se de uma rádio livre, gerida por um coletivo de pessoas que coordenam e produzem a programação. A rádio existe há 14 anos, hoje conta com 122 programas semanais e mais de 250 programadores, o que permite que a Rádio Muda esteja no ar 24 horas durante a semana. Por ser não comercial e sem fins lucrativos, ninguém que participa da rádio ganha salário. A programação inclui música e temas sociais.

Localização: Campus da Universidade de Campinas

Amplitude/alcance: distrito de Barão Geraldo (onde fica a Unicamp) e outros bairros como o Jardim Santa Genebra, Vila Costa e Silva, Jardim São Marcos, Santa Mônica, e as margens das estradas que cortam a zona norte de Campinas.

Entrevistados: Paulo Lara (paulolara@gmail.com) e Cristiane Andreoti

Site: <http://muda.radiolivre.org>

Tempo de existência: 14 anos

Telefones: (19) 3521.6720, 3289.8278

b) 106.7 Xibé FM e CMI-Tefé-AM

Descrição: A Xibé FM é uma rádio livre que atua em parceria com o Centro de Mídia Independente de Tefé, no Amazonas. Os dois coletivos mantêm uma parceria com o Programa Mídia e Cidadania de pesquisa e extensão do Centro de Estudos Superiores de Tefé da Universidade do Estado do Amazonas (CEST-UEA). Além da rádio, a parceria entre a Xibé FM e o CMI de Tefé mantém um site, onde são disponibilizadas notícias. A rádio é aberta para programadores da comunidade realizarem programas.

Localização: Tefé, Amazonas

Entrevistados: Guilherme Figueiredo (fatidica@gmail.com) e Sérgio (serginhotf@riseup.net).

Site: <http://xibe.radiolivre.org/>

Tempo de existência: 3 anos

c) RádioLivre.org

Descrição: É um coletivo de técnicos e produtores de rádios livres que se organiza para cooperação técnica, troca de informações, estruturação de parcerias, debate. A RádioLivre.org também funciona como um provedor de serviços de email, fóruns de discussão, veiculação de notícias, informações sobre como montar uma rádio livre, questões legais, etc. A estrutura permite a troca, empréstimo e anúncio de venda ou compra de equipamentos. A organização tem um site e mantém fóruns e emails para os integrantes das rádios se comunicarem. Também são oferecidos serviços de armazenagem de dados e de webradio (estrutura necessária para a veiculação da programação da rádio na internet), textos teóricos, dissertações e manuais de instalação e gerenciamento de equipamentos. Toda essa infraestrutura é mantida à base de divisão de custos pelas rádios. O site está hospedado no Projeto Saravá (coletivo multidisciplinar do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e que tem como objetivo otimizar o uso de tecnologias por grupos sociais)

Localização: O RádioLivre é uma estrutura de comunicação e compartilhamento de informações localizado na internet. Mais especificamente no servidor do Projeto Saravá.

Entrevistado: Silvio Rhatto (rhatto@riseup.net)

Site: <http://www.radiolivre.org/>

Tempo de Existência: 4 anos

e) Ventilador Cultural

Descrição: Organização Não-governamental localizada no Recife que tem por objetivo “garantir o direito humano à comunicação, direito este que vem sendo renegado ao povo brasileiro ao longo de sua história”. São três as principais linhas de atuação da Ong: produção de mídia (rádio e tv), formação de agentes comunicadores e apoio em comunicação a grupos e movimentos sociais. Todas essas ações são realizadas por meio de oficinas.

A promoção da cidadania, dos direitos humanos e a defesa e preservação do meio ambiente são alguns dos principais objetivos do grupo, que enxerga na democratização da comunicação um caminho para uma sociedade mais justa. O

coletivo acredita que só com a verdadeira troca, experimentação e liberdade poderá haver avanços significativos na sociedade. Além da realização de oficinas, palestras, seminários, vivências e mostras, o Ventilador Cultural também produz mídia independente em vídeo, rádio, fanzines, cordéis, cartilhas, blogs e sites.

Localização: A sede do Ventilador Cultural está localizada temporariamente na casa de um dos integrantes.

Entrevistados: Anderson Lucena (andersonventilador@yahoo.com.br), Irma Brown (irmaventilador@yahoo.com.br), Luciana Azevedo (lucianaventilador@yahoo.com.br).

Tempo de existência: 2 anos

Telefone: 81.3467.7649

f) Centro de Mídia Independente Brasil

Descrição: O CMI Brasil é uma rede de produtores e produtoras voluntários e independentes de mídia que busca oferecer ao público informação alternativa e crítica de qualidade. O CMI afirma que pretende colaborar para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente. A rede pretende “dar voz a quem não têm voz, constituindo uma alternativa consistente à mídia empresarial, que frequentemente distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses das elites econômicas, sociais e culturais. A ênfase da cobertura é sobre os movimentos sociais, particularmente, sobre os movimentos de ação direta (os “novos movimentos”) e sobre as políticas às quais se opõem. A estrutura do site na internet permite que qualquer pessoa disponibilize textos, vídeos, sons e imagens tornando-se um meio democrático e descentralizado de difusão de informações.

O CMI Brasil também se auto-denomina como uma rede anticapitalista de produtores/as de mídia autônomos/as e voluntários/as. Com o objetivo de construir uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente; o CMI “diz que procura garantir espaço para que qualquer pessoa, grupo (de afinidade política, de ação direta, de ativismo) e movimento social - que estejam em sintonia com esses objetivos - possam publicar sua própria versão dos fatos.

A denominação de “anticapitalista” que o Centro de Mídia Independente (CMI) assumiu se refere tanto ao sentido tradicional (de oposição à propriedade privada, ao sistema de mercado e ao trabalho assalariado) como ao sentido mais recente (que remete a convergência dos movimentos ambientalista, feminista, operário, de minorias étnicas, etc.). O CMI produz notícias na internet e tem um vasto acervo de

vídeo que pode ser adquirido no site da instituição. As representações locais também editam jornais em papel nas respectivas cidades em que atuam.

Localização: O CMI Brasil possui 12 representações no território brasileiro (São Paulo, Brasília, Campinas, Caxias do Sul, Florianópolis, Rio de Janeiro, Fortaleza, Goiânia, Joinville, Porto Alegre, Salvador e São Paulo).

Contatos: Os contatos com cada um deles será feito por email.

Site: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/>

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES*

2007	ago	Set	out	nov	de z
Entrevistas, visitas e leituras	x	X	x	x	x
Escrevendo o projeto	x	X			
Qualificação			x		
Ajustes ao projeto			x	x	

2008	jan	fev	mar	abr	mai	jun	Jul	ago	Set	out	nov	dez
Entrevistas, visitas e leituras	X	x	X	x	x	x						

Análise dos dados coletados			X	x	x	x	X					
Escrevendo a tese	X	x	X	x	x	x	X	x	x	x	x	x

2009	jan	fev	mar	abr	mai	jun	Jul	ago	Set	out	nov	dez
Escrevendo a tese	X	x	X	x	x	x	X	x	X	x	x	x

2010	jan	fev	Mar
Escrita da tese	x		
Defesa de tese			x

* Em análise um possível doutorado sandwich em Liverpool, Inglaterra.

8. Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, E. Da M. (2001). Informação, conhecimento e apropriação: notas sobre o significado econômico das patentes e os impactos da emergência de uma economia baseada no conhecimento. Site: http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sti/publicacoes/futAmaDilOportunidades/rev20010402_07.pdf. Acessado em 15 de junho de 2007.

BARLOW, J. (1994). The Economy of Ideas. Wired online, 2.03, mar 1994. <http://www.wired.com/wired/archive/2.03/economy.ideas.html>. Acessado em janeiro de 2006.

BELL, D. (1973). O advento da sociedade pós-industrial. São Paulo, Cultrix.

BENINGER, Jr. (1986). The control revolution: technological and economics origins of the information society. Cambridge, MA e Londres. Harvard University Press.

BENKLER, Y. (2006). The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom. New Haven e Londres: Yale University Press.

BRAVERMAN, H. (1974). Labor and monopoly capital: the degradation of work in the twentieth century. Nova York e Londres, Monthly Review Press.

BUCCI, E., KEHL, M. R. (2004), *Videologias: ensaios sobre a televisão*. São Paulo: Boitempo. (Coleção Estado de Sítio).

CALHOUN, C. (ed.) (1992). Habermas and the Public Sphere. Cambridge, MA MIT Press.

CASTELLS, M. (2001). A sociedade em rede. 5ª edição. São Paulo, Editora Paz e Terra.

COHEN, J., ARATO, A., (1992). Civil Society and Political Theory. London, MIT Press.

COUTINHO, C. N., (1999), *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Nova edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

COCCO, G.; MALINI, F. (2002) Circular para produzir: novos mecanismos de socialização do conhecimento. Revista Trabalho e Sociedade. Ano 2, dezembro 2002.

COCCO, G.; GALVÃO, A.; Silva, G (orgs.) (2003). Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro, DP&A.

EARP, F. S., KORNIS, G. (2005). *A economia da cadeia produtiva do livro*. BNDES

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. *“Liberdade é uma Calça Velha, Azul e Desbotada - Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (1954-1964)*. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 138.

GORZ, A. (2005). O Imaterial: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume.

HARDT, M.; NEGRI, T (2003). Império. 5ª edição. Rio de Janeiro, Record.

_____ (2005). *Multidão: Guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro, Record.

Instituto de Estudos Sócioeconômicos. (2003). *Acordo TRIPS: acordo sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual*. Brasília, Inesc.

JAMBEIRO, Othon. *A TV no Brasil do Século XX*. Salvador: Edufba, 2001.

LAZZARATO, M.; Negri, T. (2001) *Trabalho intelectual: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro, DP&A.

LEVY, P. (1993). *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Editora 34 (Coleção TRANS).

LIMA, V. (2004) *Mídia: teoria e política*. Porto Alegre: Fundação Perseu Abramo.

MARAZZI, C. (2003) Entrevista concedida à Universidade Nômade. Disponível em <http://www.poderautonomo.com.ar/buenas%20companias/viejo/entrevista%20con%20christian%20Marazzi%20acerca%20del.htm>. Endereço acessado em fevereiro de 2007.

OLIVEIRA, F. De; PAOLI, M. C. (1999). *Os sentidos da democracia - política do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, Vozes; Brasília, NEDIC.

SAMUELSON, P., (1966). *Introdução à análise econômica*. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, volume I.

SILVEIRA, S. A. ; BRANT, J., GINDRE, G., BENKLER, Y., WERBACH, K. (2007). *Comunicação digital e a construção do commons: redes virais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

SILVEIRA , S. A., *A mobilização colaborativa e a teoria da propriedade do bem intangível*. Tese de doutorado defendida em 31 de outubro de 2005 no Departamento de Ciência Política da USP

SIMÕES, Cassiano, MATTOS, Fernando. “Elementos histórico-regulatórios da Tv brasileira” IN BOLANO, César *et. al. Rede Globo - 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005.

STIGLITZ, J. ; FURMAN, J. (2002). *US vs Microsoft, declaration of Joseph E. Stiglitz and Jason Furman as part of the Tunney Act Proceeding Commissioned by the Computer & Communications Industry Association, January, 28, 2002*. http://www.sbgo.com/Papers/tunney_jesjf.pdf. Acessado em 10 de junho de 2007.

TERRA, R. (1995). A política tensa: idéia e realidade na filosofia da história de Kant. São Paulo, Fapesp, Editora Iluminuras.

WEBSTER, J (1989). Plan and control: towards a cultural history of the information society. *Theory and Society*, 18, 323-51.

KUMAR, K (1997). Da Sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.